



ATA Nº 16/2026 – Ordinária

No dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, na Sala de Sessões da Câmara de Vereadores, reuniram-se em Sessão Ordinária os seguintes vereadores: Alexandre Grana, Anelise Grimm Horst, Carlos Möllmann, Diego Antônio Radavelli, Evandro Ahlert, Gilberto Pott, Renato Gaspar Herbert, Sidimar Lindemann e Valério da Fonseca. Invocando a proteção de Deus, da Lei e do Povo de Westfália, o Presidente declarou aberta a Sessão e convidou o vereador Valério da Fonseca para ler uma passagem bíblica. Na sequência, foi lida a Ata Ordinária nº 15/2026, que, colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade de votos. Após a aprovação, foi solicitada a retificação da referida Ata quanto à correspondência recebida, onde consta: “Ofícios nº 143 e 146/2026, do Poder Executivo, em resposta, respectivamente, aos Pedidos de Informação nº 06 e 07/2026”, para que passe a constar: “Ofícios nº 146 e 147/2026, do Poder Executivo, em resposta, respectivamente, aos Pedidos de Informação nº 07 e 08/2026”. A presente retificação fica, assim, consignada nesta Ata. **USO DA TRIBUNA: Vereador Diego Antônio Radavelli:** Inicialmente, saudou a todos. “Eu queria aqui até fazer, de certa forma, um pedido de esclarecimento para quem puder trazer essa informação para a gente. Gostaria também de deixar claro o que foi falado um tempo atrás, do porquê da minha implicância, minha e do Grana com nosso assessor jurídico. Eu sei que todos munícipes, pessoas, não seguem à risca o que acontece na política aqui no município, não acompanham. Mas uma coisa eu sei. Todos querem que aqueles que estejam fazendo trabalho administrativo, estejam à frente do Executivo, trabalhem de forma honesta, com respeito às leis, que façam o trabalho certo. E aí, referente a isso, quero trazer uma informação sobre aquela empresa, já que nós já trouxemos sobre isso, da situação daquela empresa que fazia a segurança nas escolas. Empresa essa que, no CNAE dela não constava esse trabalho de segurança. Essa empresa que não teve, não tinha autorização dos órgãos competentes para fazer o trabalho de segurança. Inclusive, durante a licitação, a outra empresa concorrente questionou a situação dessa empresa não ter os documentos para poder praticar essa função. E, mesmo assim, o assessor jurídico da época, que é nosso agora, da Câmara, deu o parecer favorável, deu aval para a empresa trabalhar, mesmo sem documentação. Eu gostaria de saber, que tem colegas que podem trazer para nós, quem sabe, se o assessor jurídico, mesmo sabendo que a empresa não continha os documentos corretos, que não estava apta para fazer a função, de que maneira ele traz e assina, dá autorização para essa



empresa trabalhar. O que de especial essa empresa tinha para correr esse risco. Que isso aqui é um crime. Junto disso ainda, eu fiz um pedido que dizia sobre ordens de serviço, aí me apareceu na resposta duas ordens de serviço do ano de dois mil e vinte e três. Só que eu tenho aqui comigo uma ordem de serviço número cinco, de dois mil e vinte e três, que não está cadastrada. É um documento oficial, não está no Portal da Transparência, em nenhum outro local. A ordem número um e dois estão cadastradas, e essa aqui já é número cinco. Onde é que estão a três, a quatro, a cinco, a seis, sei lá, quantos podem ter. O mais curioso dessa ordem de serviço, ela obriga um funcionário a pagar essa empresa, que o próprio funcionário tinha receio de fazer o pagamento dessa empresa por saber que ele não tinha as documentações necessárias para atuar no município. Então, a administração foi lá, faz uma ordem de serviço obrigando o funcionário a pagar a empresa. E o mais curioso disso, eles não colocam, não postam, não declaram esse documento, não está no Portal da Transparência. Eu gostaria que alguém trouxesse aqui para nós o porquê desse tipo de situação. Se já era nítido que a empresa tinha problemas, e, como já falei antes, o que essa empresa tinha de especial, então, para se correr esse risco, aí nós agora estamos aqui, com esse assessor representando a Câmara e nos representando. Isso aí eu acho que já explica muito da nossa implicância com ele. Eu acredito que não traga nada de bom para nós aqui. Se nós já vemos, entre tantas outras coisas que nós apontamos aqui, mais essa. E eu sei que a nossa bancada não pode ter nenhum tipo de contato com ele para esclarecer alguma dúvida. E, com certeza, que fim das nossas perguntas, elas vão terminar onde. Nós temos que ir atrás de um outro assessor para tirar nossas dúvidas com relação ao nosso trabalho. Isso não traz nada de bom para a nossa Câmara. Eu acho que eu nunca vi um documento que nem esse. Eu não sei se em alguma outra situação, em algum outro município, ocorreu uma situação dessa, obrigar um funcionário a pagar e depois nem sequer postar os documentos no Portal da Transparência. Como teve gente aqui, pessoas que apoiam ele com veemência, talvez podem trazer na próxima sessão as palavras dele, explicando um pouco para nós o que aconteceu. Sendo que tem uma lei específica, federal, que está na Constituição, que pede, que disciplina que esses documentos sejam cadastrados. Agora, eu pergunto, isso aqui é por acaso, a gente. Até essa empresa tentou, depois que foi quebrado o contrato, entrar com uma ação contra a Administração. Se nós colocar gente para vasculhar outras situações, isso depende de pessoal, todo mundo é ocupado na Administração também. Será que vão achar mais situações como essa. Será que esse tipo de coisa é comum. Eu acho que isso, num município nosso de pessoas honestas e trabalhadoras, que querem o que é



certo, que buscam o respeito e que se cumpram as leis, não traz nada de bom. Muito obrigado e boa noite a todos.” Finalizou. **Vereador Alexandre Grana:** Inicialmente cumprimentou a todos. “Como eu hoje fiz um pedido, uma indicação sobre a empresa que fez o asfalto à Berlim, à Imigrante, que a administração pública solicitasse o preenchimento das entradas, porque deu uma elevação lá de dez, doze centímetros, onde dificulta muito a passagem dos moradores e de todos que estão na nossa comunidade da Berlim. Bom, minha gente, que nem o meu colega Diego já falou, eu volto a repetir, peço ao presidente que reveja e talvez ache uma solução para esse impasse que está na Câmara, porque eu volto a repetir, os fatos que vêm ocorrendo e que ocorreram no passado não me permitem contar com a presença daquele indivíduo aqui. Eu já disse várias vezes, não me representa. E eu tenho grande respeito por todos vocês, colegas, e tenho a consciência de que cada um de nós aqui está procurando fazer o melhor para a nossa população. Então eu sei da dificuldade, nobre presidente. Não é eu que decido, mas eu deixo bem claro, a gente protocolou muitas coisas e tem coisas que a gente, na verdade, o respeito, e nós somos obrigados a expor, e nós vamos expor. A gente jamais queria que chegasse a esse momento, a esse ponto dentro do nosso município, mas o que aconteceu no passado não podemos varrer para debaixo do tapete. Volto a repetir, como já repeti outras vezes, se acharem alguma coisa da atual administração, apresentem aqui para nós, que nós também vamos cobrar explicações deles. Mas, se der tudo certo e a empresa fizer o levantamento do computador jurídico que eu pedi ali, que a atual administração disse que iria ter que contratar uma empresa, eu vou apresentar as coisas aqui e espero que aí seja tomada uma atitude, porque tem certas coisas que a gente não pode repetir. Isso mancha toda a nossa comunidade, mancha todo o nosso município. E volto a repetir, não tenho nada contra a pessoa do ex-prefeito, Senhor Joacir. Volto a repetir que eu respeito ele, porque ele sempre me respeitou, sempre me cumprimentou, e eu falei e vou fazer. Agora, tem certas coisas que eu já falei, que tem certas pessoas que eu desprezo. Eu não tenho respeito por eles, não tenho consideração nenhuma por eles. Por exemplo, aquele cidadão que está ali, volto a repetir, não me representa e eu não tenho nem um pinga de consideração e muito menos respeito. Que Deus abençoe a Westfália e meu muito boa noite.” Finalizou. **Vereador Sidimar Lindemann:** Inicialmente cumprimentou a todos. “Quero colocar que aprovo a indicação do meu colega Alexandre Grana, que será colocada em votação esta noite. Também fui procurado por moradores, porque, após a realização do recapeamento asfáltico em Linha Berlim, em direção ao município de Imigrante, surgiram degraus elevados nos acessos às



residências, à igreja e a outros pontos. E será preciso ser feito melhoramento quanto a este problema. E, como havia falado com o prefeito Juliano, para ver junto ao órgão responsável a questão da minha indicação, que eu já fiz nesta Casa, para fazer o melhoramento da entrada para a localidade de Linha Molke. Agora é o momento de fazer as coisas certas, que o trecho está em obras. E, claro, para evitar acidentes no futuro. E, acima de tudo, dar segurança para as nossas famílias. E quero convidar todos para o dia vinte e sete de setembro, que o Clube Esportivo Esperança, de Linha Berlim Fundos, irá fazer um almoço com churrasco e, de manhã, haverá um jogo de futebol com equipes convidadas. Portanto, fica o convite para participarem deste momento de lazer e confraternização. Boa noite a todos.” Finalizou. **Vereadora Anelise Grimm Horst:** Inicialmente cumprimentou a todos. “Para começar, eu queria pedir à Mesa Diretora que ela estude a possibilidade de disponibilizar no site da Câmara, onde já se encontram os pedidos de informação aprovados, também os ofícios de resposta. Claro que, se isso tiver a aprovação da maioria dos colegas, pois eu acho justo que fiquem lá registrados, para que também as respostas possam ser vistas pela população, que vai poder acessar o conteúdo completo. E, quando um cidadão acessa a página institucional da nossa Câmara de Vereadores, vai estar descrito as nossas atribuições. E lá diz, a Câmara acompanha e fiscaliza os atos do prefeito e das secretarias municipais. Para isso, pode solicitar documentos e esclarecimentos. O nosso direito e dever está amparado nos artigos 29, 31 e 37 da Constituição Federal, assim como pela Lei 12527/2011, que é a Lei de Acesso à Informação. E o pedido de informação não é feito para criar obstáculos ou para atrapalhar. No dia vinte de agosto, foi aprovado nessa Casa, por todos os vereadores, o meu pedido de informação, onde solicitei ao Executivo que informasse dados sobre os contratos de assessoria e prestação de serviço, inclusive no Consisa, onde, nesse ano de dois mil e vinte e seis, já foi repassado cerca de um milhão e setecentos mil reais de recursos para esse consórcio. E, no portal, eu não encontrei onde está descrito para quem especificamente o valor foi destinado. E eu quero esclarecer que o meu pedido não se referia, em nenhum momento, a compras. O Executivo tem trinta dias para responder e, se tiver alguma dificuldade, pode justificar e solicitar mais prazo. Mas, no dia trinta e um de agosto, onze dias antes do término do prazo, foi enviado o Ofício número cento e quarenta e sete, de dois mil e vinte e seis, assinado pelo prefeito, não respondendo nenhuma das minhas informações do pedido, mas, sim, trazendo uma série de questionamentos sobre o propósito do meu pedido, inclusive com julgamento de valores pessoais e políticos. Esse ofício foi lido na sua íntegra aqui na sessão anterior. E, por ter três páginas, eu



não terei tempo para ler novamente, mas, se algum munícipe, inclusive os tantos que me pedem para verificar sobre os contratos e valores repassados das empresas terceirizadas, podem me chamar, eu faço questão de enviar cópia. Mas alguns trechos da resposta do prefeito ao meu pedido é, de fato, bem incomum para vir de um órgão cuja função é administrativa e jamais investigativa e muito menos judicial. Um texto, eu diria, agressivo, com partes grifadas em vermelho, onde eu passo a ler alguns tópicos. E foi o prol de informações pretendidas pela vereadora, é descabido e desarrazoado e demandaria o deslocamento de pelo menos cinco servidores públicos municipais de suas atividades normais por pelo menos seis meses, considerando a necessidade de levantamento de centenas de contratos com dezenas de informações para cada contrato, quando todas as informações pretendidas constam no Portal da Transparência do Município, bem como no RSLicitacon. Também diz o ofício: Frisa-se que a atuação da parlamentar se desloca do exercício regular da fiscalização para servir a propósitos de embate político pessoal, de promoção de imagem ou de constrangimento a servidores públicos, o que configura como desvio de finalidade, vício que compromete a validade do próprio ato. No tópico seis: Por fim, verifique-se se a imunidade parlamentar material não confere proteção absoluta ao exercício individual e desviado da função fiscalizatória, sobretudo quando essa atuação se dissocia do interesse público e passa a servir a propósitos de natureza política ou pessoal, configurando desvio de finalidade na área passível de controle jurisdicional. As informações que eu pedi poderiam ser enviadas através de arquivo digital, e eu já especifiquei as informações que queria, para poderem extrair para uma planilha, para não terem que enviar todos os contratos. Por isso, eu não entendi a parte de constranger os servidores. Constrangedor é, para um servidor, nos dias de hoje, com toda a tecnologia disponível para processar dados, dizer que entre cinco levariam seis meses para fornecer uma planilha de informação. Em nenhum momento eu expressei qualquer desconfiança, apenas estava buscando todas as informações para repassar aos munícipes. E ser desclassificada em um ofício de resposta, de pedido de informação, para solicitar documento, é um recado de que a gestão realmente não quer apresentar os dados. Sendo que eu penso que seria excelente, seria uma excelente oportunidade de informar e reforçar todos os recursos que estão sendo despendidos para o bem-estar e as demandas dos munícipes. Da mesma forma, em relação às respostas dadas ao pedido de informação feito pela Mesa Diretora sobre a política municipal de bem-estar animal, que foi reiterado, e, sinceramente, a segunda resposta foi mais desastrosa do que a primeira, não contempla a maioria das perguntas. A Câmara



pede a quantidade total de animais castrados desde a implantação do programa, que eu acho que foi ano passado, discriminada por espécie, e, na resposta, veio diversos. Diversos agora passou a ser um número. Colegas, comunidade westfaliana, quando eu escuto, assim, algumas falas de se nessa gestão, varrer embaixo de tapete, eu começo também a me questionar se realmente se trata somente de desorganização, dificuldade técnica em relação ao controle. Por que eu não pude receber a informação. Me desculpe, mas eu não posso me silenciar, ficar sentada naquela cadeira para evitar atritos e manter a harmonia entre os poderes. Só porque, na opinião do Executivo, perguntar é visto como algo inconveniente e inoportuno. (Neste momento, o Presidente Gilberto alertou que faltava 1 (um) minuto para o término do tempo regimental). Obrigada. Ninguém vai me mover da intenção de obter as informações, com ofícios, como esse, de intimidação. Enquanto as pessoas vierem falar comigo, trazendo as suas questões para que eu as leve adiante, sempre com todo sigilo e ética, eu vou seguir, pois o meu trabalho e dedicação é a única forma que eu tenho para retribuir a confiança que eles depositaram em mim. Muito obrigado.” Finalizou.

ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI Nº 080/2026 – PODER EXECUTIVO: institui o Sistema Tributário do Município de Westfália, consolida e atualiza o Código Tributário Municipal, revoga as Leis nº 1.274/2015 e nº 1.566/2019 e dá outras providências. Colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade de votos. **PROJETO DE LEI Nº 081/2026 – PODER EXECUTIVO:** dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2027. Colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade de votos. **PROJETO DE LEI Nº 083/2026 – PODER EXECUTIVO:** revoga a Lei Municipal nº 1.822, de 05 de julho de 2022. Colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade de votos. **PROJETO DE LEI Nº 084/2026 – PODER EXECUTIVO:** autoriza o pagamento retroativo de vantagem remuneratória, referente ao adicional de quadriênio, cuja contagem ou pagamento tenha sido suspenso em decorrência das restrições impostas pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, e dá outras providências. Colocado em discussão e votação, foi aprovado por seis votos, com abstenção dos vereadores Anelise Grimm Horst e Carlos Möllmann. **PROJETO DE LEI Nº 085/2026 – PODER EXECUTIVO,** que institui o Código de Obras e Edificações do Município de Westfália, disciplina sua aplicação e dá outras providências. Ficou baixado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. **PROJETO DE LEI Nº 086/2026 – PODER EXECUTIVO:** autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) e dá outras providências. Colocado em discussão e votação, foi aprovado



por unanimidade de votos. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2026:** acolhe parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul favorável à aprovação das contas do Senhor Joacir Antônio Docena e do Senhor Clecio Spellmeier, referente ao exercício de 2024. Colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade de votos. **INDICAÇÃO Nº 25/2026, de autoria do vereador Alexandre Grana:** Solicita ao Poder Executivo Municipal que avalie a adequação dos acessos às propriedades e demais locais no trecho recapeado entre Linha Berlim, sentido Imigrante, de Bismark até Molke. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade de votos. **Correspondência recebida:** Ofício nº 151/2026, do Poder Executivo, em resposta ao Pedido de Informação nº 09/2026. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente Sessão, convocando todos os vereadores para a Sessão Ordinária a realizar-se no dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Westfália.

Gilberto Pott
PRESIDENTE

Evandro Ahlert
SECRETÁRIO